

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO
DE 2018
JANEIRO A SETEMBRO**

**VERSÃO FINAL
MAPUTO, NOVEMBRO DE 2018**

DISTRIBUIÇÃO DO RELATÓRIO

A Enviar a(os):	Data
Sua Excelência o Ministro da Economia e Finanças	
Sua Excelência a Vice-Ministra da Economia e Finanças	
Excelentíssimo Senhor Secretário Permanente do Ministério da Economia e Finanças	
Directores Nacionais do Ministério da Economia e Finanças	
Membros do Comité de Parceria do Fundo Comum do SISTAFE	
Membros do Conselho de Direcção Alargado do CEDSIF	
Delegados Provinciais do CEDSIF	

SIGLAS E ACRÓNIMOS

BM	Banco de Moçambique
CAF	Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado
CBS	Catálogo de Bens e Serviços
CEDSIF	Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças
CEF	Cadastro Único de Empreiteiros de Obras Públicas, Fornecedores de Bens e Prestadores de Serviços
COMP	Cenário Orçamental de Médio Prazo
CNDB	Centralização de NUIT e Domicílios Bancários
CUT	Conta Única do Tesouro
e-CAF	Sistema Electrónico de Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado
e-Folha	Sistema Electrónico de Processamento de Salários
e-SISTAFE	Sistema Electrónico do Sistema de Administração Financeira do Estado
e-Tributação	Sistema Electrónico de Gestão de Arrecadação de Receitas
FAE	Funcionário e Agente do Estado
GFP	Gestão de Finanças Públicas
IGF	Inspecção-Geral de Finanças
INAS	Instituto Nacional da Acção Social
IPA	Imposto Pessoal Autárquico
IRN	Imposto de Reconstrução Nacional
IRPC	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas
IRPS	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
ISO	Organização Internacional para Padronização (<i>International Organization for Standardization</i>)
ISPC	Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes
MAEFP	Ministério da Administração Estatal e Função Pública
MEF	Ministério da Economia e Finanças
MEO	Módulo de Elaboração Orçamental
MEX	Módulo de Execução Orçamental
MISAU	Ministério da Saúde
MPE	Módulo de Administração do Património do Estado
MOPHRH	Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
NUIB	Número Único de Identificação do Beneficiário
NUIT	Número Único de Identificação Tributária

OE	Orçamento do Estado
PAA	Plano Anual de Aquisições
PAO	Plano de Actividades e Orçamento
PEFP	Plano Estratégico das Finanças Pública
SGA	Sistema de Gestão Autárquica
SGB	Sistema de Gestão de Beneficiários
SGQ	Sistema de Gestão de Qualidade
SINAGEC	Sistema Nacional de Gestão de Custos de Construções
SNGRHE	Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
UE	União Europeia
UGB	Unidade Gestora Beneficiária
UGC	Unidade de Grandes Contribuintes
UGE	Unidade Gestora Executora
VD	Via Directa
VPN	Rede Virtual Privada (<i>Virtual Private Network</i>)

Índice

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. ACTIVIDADES EXECUTADAS	12
2.1 CONSOLIDAÇÃO DA REFORMA DO SISTAFE.....	12
2.2 DAR CONTINUIDADE À IMPLEMENTAÇÃO DO SISTAFE.....	18
2.3. IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS COMPLEMENTARES AO SISTAFE	22
2.4. FUNCIONAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO CEDSIF	23
2.4.1 SERVIÇOS DE SUPORTE INSTITUCIONAL.....	23
2.4.2 RECURSOS HUMANOS	26
2.4.3 GESTÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	30
3. BALANÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	34
4. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO	40
5. PERSPECTIVAS PARA 4º TRIMESTRE DE 2018	42
6. ANEXOS.....	46

SUMÁRIO EXECUTIVO

A implementação do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), no presente quinquénio, é feita com base no Plano Estratégico das Finanças Públicas 2016-2019. O balanço que se apresenta é relativo ao Plano de Actividades e Orçamento do CEDSIF 2018 (PAO 2018) e, no âmbito da sua execução, de Janeiro a Setembro, merecem destaque as seguintes realizações:

- Garantida a disponibilidade da plataforma informática de suporte ao Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), o e-SISTAFE, para um total de **1.498** órgãos e instituições do Estado ao nível Central, Provincial e Distrital.
- Executada pela Via Directa (VD) **70,52%** da despesa total do Estado, isto é, foram efectuados pagamentos directamente para a conta do beneficiário final (fornecedores, prestadores de serviços, entre outros). Contribuiu para o alcance desse nível de execução, a descentralização da execução da despesa pela Via Directa para mais **22** Unidades Gestoras Beneficiárias (UGB), dentre as quais **2** de nível central, **13** provinciais e **7** distritais. Refira-se que desde que o processo iniciou em 2006 foram descentralizadas **1.498** UGB, sendo **183** de nível central, **620** de nível provincial e **695** de nível distrital, o que equivale a **91,96%** de cobertura de execução orçamental pelas UGB directamente através do e-SISTAFE, face às **1.629** UGB existentes e com tabela de despesa no Orçamento do Estado (OE) 2018.
- Garantidas as condições tecnológicas e de suporte ao processo de pagamento de salários e remunerações através da Via Directa (VD) a **320.842** Funcionários e Agentes do Estado (FAE) de um total de **344.799** na situação de activo no Sistema Electrónico de Cadastro de FAE (e-CAF) e com Prova de Vida no mês de Setembro de 2018, o correspondente a **93,05%**. Do total dos FAE pagos pela VD, **314.044** tiveram os seus salários processados e pagos através do e-Folha, o que corresponde a **97,88%** do total dos FAE na situação de activo no e-CAF e com Prova de Vida.
- Disponibilizada, no Módulo de Administração do Património do Estado (MPE), uma janela que permite ao Tribunal Administrativo (TA) introduzir os dados de atribuição do Visto directamente no e-SISTAFE, estando em curso a sua adopção.
- Concluído o mapeamento de itens de bens e serviços para simulação da carga de preços na funcionalidade de Preço de Referência (PRF), com vista a permitir a

interoperabilidade entre o e-SISTAFE, na componente do MPE, e o sistema de determinação de preços de referência do Instituto Nacional de Estatística (INE), podendo permitir que as Unidades Gestoras de Aquisições (UGEA) tenham uma base para estimar os custos nos processos de contratação.

- Concluída a fase piloto na indução do Ministério da Saúde (MISAU), Ministério da Economia e Finanças (MEF), Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) e instituições sob sua alçada, no processo de Incorporação de Bens pela Via Directa, que visa permitir o registo dos bens no momento da sua aquisição, integrando assim todo o processo, desde a harmonização de especificações técnicas de bens e serviços, preços de referência do mercado, cadastro de fornecedores, aquisição, incorporação, movimentação, reavaliação, amortização e abate. Desta ca-se ainda o início da expansão da operacionalização deste processo no Ministério do Mar, Águas Interiores e Pesca (MIMAIP) e no Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) e suas tuteladas. Como resultado da operacionalização da Incorporação de Bens pela Via Directa, até final do mês de Setembro, foram abrangidas 5 instituições de nível central, e registados **415** concursos, **565** requisições de compras e a execução de **176** processos nos novos moldes (contratos). No mês de Setembro iniciou o processo de levantamento das condições técnicas em mais 5 Ministérios, incluindo instituições sob sua jurisdição, tendo em vista à sua integração nas rotinas do Módulo de Administração do Património do Estado.
- No que concerne a implementação do Plano de Contratações Públicas, foram concluídas, dentro do prazo, a especificação e funcionalidades, com vista a sua operacionalização em 2019; o Plano vai contribuir para o aumento do rigor do processo de planificação e execução da despesa pública. Concluiu-se ainda a elaboração do Modelo de Negócio para atender a modalidade de Contratação por Lances e deu-se início à implementação das funcionalidades. A sua operacionalização, em 2019, irá permitir o aumento da competitividade e transparência no processo de Contratações Públicas, assim como da qualidade das compras efectuadas pelo Estado.
- Criadas as condições para descentralização do processo de emissão dos Certificados do Cadastro dos Empreiteiros e Fornecedores do Estado (CEF), da Unidade

Funcional de Aquisições (UFSA) para as Direcções Provinciais da Economia e Finanças, tendo em vista facilitar o acesso dos fornecedores aos Certificados e promover maior competitividade nos processos de aquisição.

- Aprimorado o processo de adopção do e-SNGRHE pelas instituições da Administração Pública, com a continuidade da operacionalização do Piloto em **17** instituições, especificamente nas funcionalidades de introdução dos dados no cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado e a realização da Prova de Vida, tendo já sido migrados do e-CAF para o novo sistema, dados de **8.132** Funcionários e Agentes do Estado (FAE). O e-SNGRHE visa informatizar todos os processos do Ciclo de Vida dos Funcionários e Agentes do Estado, desde o momento do ingresso até o seu desligamento do Aparelho do Estado, o que permitirá o registo do histórico dos dados dos Funcionários e Agentes do Estado no sistema, uma melhor planificação da despesa com salários e remunerações e, uma gestão estratégica mais efectiva sobre recursos humanos existentes.
- Identificadas melhorias a introduzir nos processos de classificação e canalização da receita à Conta Única do Tesouro (CUT), tendo como suporte uma maior integração entre o e-Tributação com o e-SISTAFE e os sistemas dos Bancos Comerciais, e foram finalizadas as especificações de requisitos de negócio, devendo ser implementadas as funcionalidades logo que forem criadas as condições.
- Elaborados, no âmbito do e-Tributação, os Modelos de Negócio que atendem a questões de transferência de receitas provenientes das multas, de gestão de acesso ao sistema, de recuperação de valores resultantes de pagamentos indevidos por falha técnica a nível do desenvolvimento da solução tecnológica, Titulação de Contas Bancárias e de Rotina de Regularização de Contratos de aquisição de bens e serviços.
- Disponibilizadas funcionalidades que permitem a validação dos dados da Prova de Vida dos Pensionistas e concebido o mecanismo que viabiliza o pagamento de Pensões através da reutilização de toda a infra-estrutura e processos sobre a emissão e processamento de Ordens de Pagamento (OP) via e-SISTAFE, estando a sua implementação e operacionalização prevista para o 4º trimestre do ano em curso.
- Disponibilizada, no âmbito da implementação do Sistema de Gestão de Informação de Finanças Públicas, a informação financeira conjugada à informação sobre escolas

e professores para uso do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) e concluído o processo de transformação de dados que irão compor os Quadros de Monitoria com os indicadores de desempenho da Educação e seus Relatórios Financeiros e da Visão das Finanças Públicas, rumo à manipulação e geração de informação analítica sobre a Gestão das Finanças Públicas.

- Iniciada a operacionalização do Sistema de Gestão de Beneficiários do Instituto Nacional de Acção Social (INAS) numa plataforma centralizada, tendo permitido o processamento de subsídios de **1.309** beneficiários da Cidade de Maputo, e está em curso a expansão da plataforma, prevendo-se que sejam alcançadas todas províncias até ao final do ano 2018. E
- Reforçada a capacidade das instituições em matérias de utilização do e-SISTAFE e sistemas complementares, através da capacitação de **4.915** utilizadores, dos quais **1.474** são do Módulo de Execução Orçamental (MEX), **296** Incorporação de Bens Patrimoniais, **1.201** do Módulo de Elaboração Orçamental (MEO), **280** no Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado (CAF), **1.201** no Sistema Electrónico de Processamento de Salários (e-Folha), **260** Agente de Segurança (AS) e **203** utilizadores no âmbito do e-SNGRHE, para melhor desempenho dos processos.

Para materialização destes resultados, o CEDSIF contou com **304** colaboradores. Relativamente a execução financeira, a despesa acumulada foi de **587.193.511,99 MT**, equivalente à **49,06%** da dotação orçamental actualizada do PAO 2018, sendo que grande porção das despesas liquidadas foi de salários e remunerações, demais despesas com pessoal, e de bens e serviços.

1. INTRODUÇÃO

O Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças (CEDSIF) é uma instituição pública, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira, criada pelo Decreto n.º 34/2010, de 30 de Agosto de 2010, com alterações introduzidas através do Decreto 27/2012, de 26 de Julho, que também aprova o seu Estatuto Orgânico, e funciona sob tutela do Ministro que superintende a área das Finanças.

O CEDSIF tem como atribuições nucleares prestar, a todos os Órgãos e Instituições do Estado, serviços de organização e modernização dos processos de gestão das Finanças Públicas, nomeadamente, nos domínios da gestão estratégica, da governação e do desenvolvimento dos sistemas e tecnologias de informação, bem como a sua implementação e operação.

Para o cumprimento das suas atribuições, o CEDSIF elaborou o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2018 (PAO 2018), o qual serve de principal instrumento para operacionalização do Plano Estratégico de Finanças Públicas 2016 -2019 e do Plano Estratégico do CEDSIF 2015 - 2019 (PE 2015-2019).

O PAO 2018, no presente exercício económico, prioriza a realização de acções com vista ao alcance dos seguintes objectivos: (i) Consolidar a reforma do SISTAFE; (ii) Dar continuidade a implementação do SISTAFE; (iii) Apoiar as instituições do Estado no desenvolvimento de sistemas complementares ao e-SISTAFE e (iv) Garantir o funcionamento e desenvolvimento institucional.

Para execução do PAO 2018, com necessidades na ordem de **887.317.170,33 MT**, a dotação inicial foi de **462.767.730,00 MT**, resultante do somatório dos Recursos do Tesouro no montante de **317.184.730,00MT**, Receitas Próprias no valor de **60.010.330,00 MT**, do Fundo Comum do SISTAFE no montante de **23.914.060,00 MT**, Banco Mundial no valor de **46.566.190,00 MT**, Bélgica no montante de **14.500.000,00 MT**, e Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional (ASDI) no valor de **592.420,00 MT**¹. No processo de execução do PAO, em resultado das inscrições de saldos transitados, Recursos do Tesouro (para viabilizar o pagamento de despesas do SISTAFE) e reforço orçamental na componente

¹ Este montante não será mais desembolsado pela ASDI.

externa, a dotação disponível passou para **1.196.838.773,75MT**, o que representa um acréscimo de **734.071.043,75 MT** sobre a dotação inicial.

O presente Relatório compreende as actividades desenvolvidas pelo CEDSIF, no âmbito da execução do PAO 2018 no período de Janeiro a Setembro, e a sua estrutura, além do Sumário Executivo, incorpora os seguintes pontos:

1. Introdução.
2. Actividades executadas.
3. Balanço de execução orçamental.
4. Avaliação do desempenho.
5. Perspectivas para 4º trimestre de 2018.
6. Anexos.

2. ACTIVIDADES EXECUTADAS

O presente relatório compreende as actividades realizadas pelo CEDSIF, nas componentes de consolidação da reforma e continuidade do SISTAFE, implementação de Sistemas complementares do SISTAFE, bem como de funcionamento e desenvolvimento institucional, no âmbito da execução do PAO 2018.

2.1 CONSOLIDAÇÃO DA REFORMA DO SISTAFE

Com esta componente pretende-se garantir que as reformas previstas na Lei do SISTAFE já implementadas sejam consolidadas, introduzindo melhorias nos processos dos subsistemas existentes, de modo a que estes possam responder melhor às exigências do contexto actual e às solicitações dos seus utilizadores, destinatários e beneficiários. Assim, as acções executadas nesta componente no período em análise, compreendem:

1. Descentralização da execução do orçamento no e-SISTAFE para mais **22** Unidades Gestoras Beneficiárias (UGB) por solicitação e a expensas das próprias UGB, dentre as quais **2** de nível central, **13** provinciais e **7** distritais. Sendo que, desde que o processo iniciou em 2006, foram descentralizadas **1.498** UGB, dentre as quais **183** de nível central, **620** de nível provincial e **695** de nível distrital, o que equivale a **91,96%** de cobertura de execução orçamental pelas UGB directamente através do e-SISTAFE, face às **1.629** UGB existentes e com tabela de despesa no Orçamento do Estado (OE) 2018; ficando por descentralizar **131** UGB, correspondentes a **8,04%**. Com efeito, actualmente **144** das **154** administrações distritais elaboram e executam o seu orçamento directamente no e-SISTAFE.

Esta descentralização permitiu que as UGBs executassem na plataforma informática do SISTAFE (e-SISTAFE) as correspondentes despesas, obedecendo a três fases do processo de execução (cabimentação, liquidação e pagamento), o que contribuiu para que cerca de **70,52%** da despesa total do Estado fosse executada por Via Directa, face da meta de **80%** prevista para o ano de 2018. O nível de execução registado de Janeiro a Setembro é superior ao de igual período do ano 2017, que foi de **66%**.

2. Garantia da disponibilidade da plataforma informática (e-SISTAFE) de suporte ao Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE) a nível nacional, tendo

contribuído para a execução da despesa por Via Directa, bem como para o pagamento de salários e remunerações aos Funcionários e Agentes do Estado. Até finais de Setembro, do total dos **990 sites** existentes, estiveram disponíveis **935 sites**, o que equivale à **94,44%** do universo. Portanto, **5,56%** de *sites* estiveram indisponíveis por avarias dos equipamentos e problemas de rede das Telecomunicações de Moçambique (TDM), conforme a tabela 1, que ilustra a dinâmica comportamental de sites, de Janeiro a Setembro, quanto à disponibilização e operacionalização do (e-SISTAFE) ao nível Central e Provincial.

Tabela 1: Dinâmica dos Sites Registada de Janeiro a Setembro

Meses	Janeyiro	Fever.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agost.	Set.	
Número de Sites do e-SISTAFE	Total	968	968	971	974	977	979	988	988	990
	Disponíveis	890	934	905	900	914	931	952	952	935
	Indisponíveis	78	34	66	74	63	48	36	36	55
	% Disponibilidade	91,94%	96,49%	93,20%	92,40%	93,65	95,10%	96,36%	96,36%	94,44%

Fonte: e-SISTAFE

- Garantia dos ajustes nas plataformas tecnológicas de suporte ao Processamento de Salários, para atender ao preceituado no Decreto nº 75/2017, de 27 de Dezembro, que aprova medidas de contenção de despesas públicas e os ajustes na tabela salarial aprovados pelo Governo para o presente exercício económico, o que culminou com a continuidade do pagamento de salários e remunerações dentro da normalidade, possibilitando o pagamento por Via Directa (VD), de **320.842 FAE** de um total de **344.799** na situação de activo no e-CAF e com Prova de Vida, o correspondente a **93,05%**. Do total dos FAE pagos pela VD, **314.044** tiveram os seus salários processados e pagos através do e-Folha, o que corresponde a **97,88%** do total dos FAE.
- Apoio ao reforço na criação de capacidade técnica dos utilizadores do e-SISTAFE, tendo sido capacitados **4.915** utilizadores, dos quais **1.474** são do Módulo de Execução Orçamental (MEX), **296** Incorporação de Bens Patrimoniais, **1.201** do Módulo de Elaboração Orçamental (MEO), **280** no Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado (CAF), **1.201** no Sistema Electrónico de Processamento de

Salários (e-Folha), **260** Agente de Segurança (AS) e **203** utilizadores no âmbito do e-SNGRHE, para melhor desempenho dos processos.

5. Garantia de assistência na utilização do e-SISTAFE, tendo sido registados **8.842** solicitações dos utilizadores e prontamente resolvidos **8.155**, o que corresponde a **92,23%**. Dentre as solicitações registadas, no período de Janeiro a Setembro de 2018, merecem destaque os Serviços Bancários, pois fizeram **3.530** relativas às fixações de descontos de financiamento aos Funcionários e Agentes do Estado; o MEX com **1.267** solicitações enquadradas na Manutenção do Credor (actualização de dados dos credores singulares ou colectivos, com valores a receber, face aos serviços prestados ou bens fornecidos ao Estado, que implicam pagamentos no MEX); o e-CAF com **1.028** casos de solicitações referentes à manutenção de dados de Funcionários e Agentes do Estado (actualização de dados pessoais e a falta de realização da prova de vida no mês do aniversário); e o Sistemas Paralelos que registaram **939** solicitações derivados do processamento e impressão de folhas de salários processadas via Sistema Nacional de Vencimentos (SNV), disponibilização de ficheiro padrão, conforme a tabela 2.

Tabela 2. Solicitações de Apoio ao Utilizador registadas de Janeiro a Setembro

OCORRÊNCIAS DE JANEIRO A SETEMBRO PERÍODO POR APLICAÇÃO/SERVIÇO							
Aplicação/Serviço	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	Total Por Aplicação	Incidentes	Pedidos	Total Geral
e-CAF	259	389	380	1.028	636	392	8.842
e-Folha	123	158	144	425	127	298	
e-SISTAFE	168	128	146	442	124	318	
Gestão Património *	59	117	308	484	286	198	
MEX	397	850	20	1.267	1.088	179	
Security	217	169	116	502	448	54	
Serviços Bancários	707	902	1.921	3.530	3.477	53	
Sistema Paralelo	265	297	377	939	935	4	
Serviço Operação	13	19	37	69	42	27	
MPE	4	111	14	129	115	14	
CBS	1	0	9	10	1	9	
e-Inventário	7	2	0	9	0	9	
SNGP	1	5	2	8	2	6	

*Património do CEDSIF

Ainda no âmbito da Consolidação da Reforma do SISTAFE, importa destacar as seguintes realizações:

No Módulo de Execução Orçamental (MEX):

- Aumento da consistência do funcionamento e simplificação do mecanismo de análise e execução das anulações dos pagamentos por parte da Direcção Nacional da Contabilidade Pública (DNCP), através da reestruturação da funcionalidade sobre a

anulação de pagamentos por Adiantamento de Fundos (AFU) e aumento da abrangência das regras subjacentes ao processo.

- Criação de condições para a implementação de mecanismos que possibilitam o aumento da liquidez à Órgãos do Subsistema do Tesouro - Central, através da clarificação e elaboração do Modelo de Negócio sobre a Transferência de Receitas e Multas, com objectivo de permitir a transferência imediata das receitas ociosas, provenientes das cobranças das multas efectuadas pelos Órgãos do Ministério da Economia e Finanças nas Províncias para o nível Central.
- Criação de condições para implementação de funcionalidades que permitem aumentar a disponibilidade da informação do e-SISTAFE, com a elaboração do Modelo de Negócio para Gestão de Acesso, o que possibilita que os usuários recentemente cadastrados no e-SISTAFE tenham acesso à informação dos exercícios financeiros anteriores.
- Disponibilização de condições tecnológicas para materializar a preocupação do Estado em racionalizar a quantidade das suas contas bancárias, bem como de melhorar a gestão das contas e dos fundos que nelas transitam, através da realização dos ajustamentos no sistema para atender aos procedimentos e regras impostas pelo Diploma Ministerial nº 23/2018, de 02 de Fevereiro, que estabelece as regras de gestão de Contas Bancárias do Estado. Nesse sentido, foi feita a validação das especificações relativas à operacionalização do referido Diploma e actualizado o Modelo de Negócio para incluir no cadastro domicílios bancários de categoria RA (Receitas próprias e consignadas pelos sectores), MB (Autarquia local) e MC (Empresa Pública), separadas as receitas orçamentais, próprias e consignadas e as rubricas de pensões da FR101.
- Realização de campanhas de divulgação do diploma e da funcionalidade do cadastro dos domicílios bancários no MEX, com recurso às teleconferências que envolveram as Direcções Províncias de Economia e Finanças (DPEF), e actualização do portal do e-SISTAFE para a inclusão de informação de procedimentos de utilização da funcionalidade, no âmbito da operacionalização do Diploma Ministerial nº 23/2018.
- Revisão do Modelo de Negócio, atinente ao processo de Encerramento do exercício económico de 2018 e Abertura do exercício relativo ao ano 2019, tendo sido feitas

melhorias que proporcionam maior flexibilidade e automatismo no seu manuseamento, bem como a Nota Técnica, acomodando as melhorias acima referidas para permitir a execução da despesa até ao último dia útil do ano e abertura do sistema no primeiro dia útil do ano.

- Definição de regras e procedimentos, bem como a sistematização e implementação de funcionalidades que flexibilizem a recuperação de valores de despesas com pessoal cujo pagamento foi efectuado em duplicado, por falha técnica a nível do desenvolvimento da solução tecnológica.
- Criação de condições tecnológicas para operacionalização do envio de alertas por SMS no e-SISTAFE, com informação dos eventos mais relevantes, como alertas ao Ordenador da Despesa sobre efectivação de despesas acima de determinado valor, alertas aos Funcionários e Agentes do Estado sobre o alcance do período para a realização da sua Prova de Vida, entre outras utilidades conforme a progressão de prioridades. Assim, foram produzidos e aprovados Modelos de Negócio dos Alertas de Pagamentos do MEX e da Prova de Vida de Funcionários e Agentes do Estado, desenvolvidas e homologadas as respectivas funcionalidades, e adquirida a aplicação de transição de mensagens da rede do SISTAFE para empresas de telefonia móvel através da internet.
- Conclusão da implementação de outras melhorias, nomeadamente, os casos de compensação de nota de crédito, data de sincronização de folhas, passando permitir que de forma automatizada, o sistema liberte excepcionalmente a quota financeira sem a verificação dos 3 dias necessários após a data de sincronização das folhas de salário, revisão de relatórios de orgânicos subordinados por UGB, actualização de nomes de relatórios da Conta Gerência, Relatórios da Conta Única do Tesouro-NP e melhoria de performance de extracção do ficheiro de pagamentos de descontos tipo banco, no âmbito do processo de implementação de aplicações de melhorias no Módulo de Execução Orçamental.

No Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado (e-CAF) e no Sistema de Processamento e Pagamento de Salários (e-FOLHA), destaca-se:

- Provisão aos sectores de maior autonomia na gestão da tabela sobre os impostos de Reconstrução Nacional e do Calendário Académico, através de melhorias nos mecanismos para a declaração de rendimento mensal de benefício de empréstimo, passando a incluir informação sobre descontos bancários relativos a créditos bancários que o funcionário possui e melhorias no processo de actualização do calendário Académico.
- Disponibilização de mecanismos que viabilizam a interoperabilidade entre o e-CAF e o Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (e-SNGRHE) em fase de Piloto, visando permitir que as instituições abrangidas pelo Piloto do e-SNGRHE deixem de ter acesso ao e-CAF, forçando a sua migração para o novo sistema, enquanto o e-CAF continua disponível para as demais instituições, estando em operacionalização nestes moldes, as funcionalidades sobre a actualização de dados cadastrais dos Funcionários e Agentes do Estado (FAE) e a Prova de Vida dos FAE.
- Introdução de melhorias no Relatório de Descontos não Obrigatórios por forma a facilitar a identificação de eventuais inconsistências que podem ocorrer no acto da fixação de desconto, e elaboração do Modelo de Negócio relativo ao Decreto nº 75/2017, de 27 de Dezembro, que atende à contenção da Despesa Pública.
- Estabelecimento e operacionalização de interoperabilidade entre o Cadastro de Funcionários e Agentes do Estado (e-CAF) e o Módulo de Administração do Património do Estado (MPE), tendo em vista a troca de informação entre os sistemas.
- A análise da legislação e normas das Finanças Públicas, tendo em vista proceder à revisão do Diploma Ministerial nº 181/20/2013, de 14 de Outubro, o qual actualiza o Manual de Administração Financeira e Procedimentos Contabilísticos (MAF).
- Início da elaboração do Plano de Acção para operacionalização do Diploma Ministerial, que aprova as Regras de Gestão de Contas Bancárias do Estado, e sua divulgação.
- Início da elaboração da Nota Conceptual da revisão dos relatórios da Conta Geral do Estado.

2.2 DAR CONTINUIDADE À IMPLEMENTAÇÃO DO SISTAFE

Visando dar continuidade à implementação das reformas previstas na Lei do SISTAFE, que se mostram fundamentais para a boa Gestão das Finanças Públicas, o CEDSIF realizou uma série de acções, tendo obtido os seguintes resultados:

1. Na **Comunicação da Reforma das Finanças Públicas** - Produção do vídeo sobre a visibilidade de acções realizadas em benefício da reforma, no âmbito da subvenção da União Europeia (2013-2017) e elaboração do Plano de Comunicação e Visibilidade da Subvenção da União Europeia.
2. No projecto **Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (SNGRHE)** - Introdução da plataforma electrónica e-SNGRHE, que compreende as funcionalidades do Módulo de Administração de Pessoal, como instrumento de trabalho, partindo de um Piloto em **17** instituições, dentre as quais **7** de nível central, **6** na sede da Província de Maputo e **4** no Distrito de Boane, tendo sido migrados do e-CAF para o novo sistema, dados de **8.132** Funcionários e Agentes do Estado, onde são mantidos os seus dados de cadastro e realizada a sua Prova de Vida; prevendo-se uma expansão gradual, à medida que os processos forem objecto de consolidação, seja em termos de novas instituições a operar no sistema, assim como de cobertura de funcionalidades.
3. Levantamento de requisitos e elaboração de Modelos de Negócio da Migração, dos relatórios do e-SNGRH e de alocação física dos FAE, homologação das melhorias de funcionalidades dos Módulos I e II, manutenção correctiva e evolutiva do e-SISTAFE e apresentação do e-SNGRH às Instituições de Ensino Superior, elaboração da 4ª versão do modelo conceptual do SNGRH e a 2ª relativa ao plano de gestão de sua mudança.
4. No projecto **e-Tributação** - Finalização das especificações de negócio e desenvolvimento das melhorias das funcionalidades sobre o Número Único de Identificação Tributária (NUIT), Imposto de Valor Acrescentado (IVA) e Imposto Simplificado de Pequenos Contribuintes (ISPC), necessárias para o estabelecimento do e-Tributação como plataforma única de gestão destes processos ainda dentro do ano em curso e a consequente descontinuidade das outras aplicações, como é o caso do Sistema de Cobrança de Receita (SICR), resultante da retoma da implementação

do projecto com o novo parceiro; (ii) finalização do desenvolvimento das funcionalidades do NUIT, IVA e ISPC, e instalação nos ambientes de desenvolvimento e homologação do e-Tributação; e formação dos Utilizadores chave do e-Tributação, no âmbito do projecto. No período em análise, destaca-se ainda a operacionalização e desenvolvimento do seguinte:

- a. Integração entre o e-Tributação e o e-SISTAFE, com vista a automatizar e flexibilizar o processo de classificação da receita arrecadada, entre a Autoridade Tributária e a Direcção Nacional do Tesouro; e
- b. Integração entre o e-Tributação e os Bancos Comerciais, com vista a captar em tempo real no e-Tributação, os pagamentos de impostos efectuados pelos vários canais disponibilizados pelos Bancos.

Na implementação da **Rede de Cobrança**, o estabelecimento de bases para o desenvolvimento de interoperabilidade entre o e-SISTAFE e a Janela Única Electrónica (JUE) para classificação automática da receita e pagamento de encargos aduaneiros por Nota de Contabilização, com a definição e aprovação das Notas Conceptual e Técnica.

5. No projecto **Módulo de Administração do Património do Estado (MPE)**, que visa o registo dos bens no momento da sua aquisição, integrando assim todo o processo desde harmonização de especificações técnicas de bens e serviços, preços de referência do mercado, cadastro de fornecedores, aquisição, incorporação, movimentação, reavaliação, amortização e abate, houve avanços substanciais no domínio da sua implementação e operacionalização.

De facto, foi concluída a fase piloto na indução do Ministério da Saúde (MISAU), Ministério da Economia e Finanças (MEF), Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) e instituições sob sua alçada, no processo de Incorporação de Bens pela Via Directa, que visa permitir o registo dos bens no momento da sua aquisição, integrando assim todo o processo desde harmonização de especificações técnicas de bens e serviços, preços de referência do mercado, cadastro de fornecedores, aquisição, incorporação, movimentação, reavaliação, amortização e abate. Destaca-se ainda o início da expansão da operacionalização deste processo no Ministério do Mar, Águas Interiores e Pesca (MIMAIP) e no Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) e suas tuteladas. Como resultado

da operacionalização da Incorporação de Bens pela Via Directa, até final do mês de Setembro, foram registados **415** concursos, **565** requisições de compras e a execução de **176** processos nos novos moldes (contratos), e em processo de levantamento as condições técnicas em 5 Ministérios, tendo em vista à sua integração nas rotinas do Módulo de Administração do Património do Estado. A avaliação em relação a esses marcos é positiva, tendo em conta que a operacionalização do MPE nesses sectores decorre de forma estável e foi superada a meta de implementação do projecto piloto de incorporação por via directa a nível do Módulo do Património do Estado em 3 Ministérios, incluindo as suas tuteladas.

No que diz respeito a implementação do Plano de Contratações Públicas, foram concluídas, dentro do prazo, a especificação e funcionalidades, com vista a sua operacionalização em 2019., instrumento este que é essencial e que vai contribuir para o aumento do rigor do processo de planificação e execução da despesa pública. Concluiu-se ainda a elaboração do Modelo de Negócio para atender a modalidade de Contratação por Lances e deu-se início ao desenvolvimento das funcionalidades. A sua operacionalização em 2019 irá permitir o aumento da competitividade e transparência no processo de Contratações Públicas assim como da qualidade das compras efectuadas pelo Estado.

Ainda no âmbito do piloto e expansão de funcionalidades do MPE, foram capacitados e cadastrados os Utilizadores em matérias de operacionalização efectiva do CBS e CEF, em todas Direcções Provinciais de Economia e Finanças. É também de destacar neste módulo, a criação de condições de descentralização da Unidade Funcional de Aquisições (UFSA) do processo de emissão dos Certificados aos Fornecedores do Estado no Cadastro de Empreiteiros e Fornecedores (CEF) para as Direcções Provinciais da Economia e Finanças, e a conclusão de implementação do escopo mínimo, que assegurará a determinação dos preços de referência por região do País e operacionalização dos três mecanismos de captação de preços previstos.

A descentralização do CEF irá permitir a redução do tempo necessário para os agentes económicos obterem o certificado e o aumento da competitividade nos processos de aquisição, sendo que já foram feitos os ajustes no sistema e identificadas as necessidades de equipamentos.

Disponibilizada uma janela no Módulo de Administração do Património do Estado (MPE) e concluída a implementação do escopo mínimo, que consiste em habilitar uma interface no e-SISTAFE, visando permitir que o Tribunal Administrativo introduza dados de atribuição do Visto, estando em adopção.

6. No projecto **Sistema de Gestão Autárquica (SGA)**, a criação da equipa do Projecto recorrendo a realocação de recursos internos para dar seguimento, ainda que a ritmo lento, à implementação da Gestão Financeira Autárquica, enquanto aguarda-se pelo financiamento que permitirá um desenvolvimento mais acelerado do projecto, e está em processo de harmonização o plano de acção de curto prazo nas componentes de Gestão Financeira Autárquica (GFA) e Gestão de Receitas Autárquicas (GRA).

7. No projecto **Subsistema de Planificação e Orçamentação**, com vista a alcançar o resultado que é a operacionalização do MPO, foram concluídas as definições e especificações de negócio necessárias para dar o início do desenvolvimento do MPO a partir do mês de Dezembro, que envolveu a definição da estrutura dos programas e dos procedimentos de planificação das atividades do Governo, a elaboração do modelo conceptual, do modelo de negócio, do manual de planificação e orçamento, bem como a elaboração de propostas das alterações a serem efectuadas na legislação do SISTAFE para adequar ao SPO. A revisão consistiu, por um lado, na actualização e alteração dos conceitos sobre Subsistema de Orçamento do Estado para subsistema de Planificação e Orçamento e, por outro lado, identificação das alterações da lei no geral para atender aos diversos módulos do e-SISTAFE. O cumprimento efectivo e entrega atempada do produto final, depende da observância com rigorosidade dos prazos previstos e da contratação dos recursos humanos (consultores seniores); prevê-se que, face à disponibilização dos recursos financeiros no final do 1º semestre, seja lançado o concurso no próximo mês de Outubro.

8. No **Subsistema de Controlo Interno**, foi concluída a definição do Modelo de Negócio, que irá permitir o início do desenvolvimento do suporte tecnológico a partir de Janeiro de 2019, assim que os recursos estiverem disponíveis.

9. No âmbito do **Sistema de Gestão de Informação de Finanças Públicas (SGIFP)**, foi concluído o desenvolvimento dos painéis de monitoria de indicadores que

combinam informação da Despesa e sobre a Educação, para o consumo do Ministério da Educação durante o processo de monitoria da estratégica e de tomada de decisões, bem como encontra-se em fase de conclusão os painéis de monitoria dos indicadores da Gestão das Finanças Públicas e em curso a preparação da capacitação dos técnicos para prover de conhecimento integrados sobre a operacionalização do sistema, uma vez tratar-se de uma ferramenta nova. De referir que os painéis de monitoria são ferramentas que visam dar suporte aos gestores na monitoria de indicadores em várias vertentes, quer no acompanhamento de actividades, do desempenho e definição de cenários visando auxiliar à tomada de decisões.

10. No Módulo de Salários e Pensões, a disponibilização de funcionalidades que permitem a validação dos dados da Prova de Vida dos Pensionistas, bem como a concepção de um mecanismo que viabilize o pagamento de Pensões através da reutilização da infra-estrutura e processos sobre a emissão e processamento de Ordens de Pagamento (OP) por via do e-SISTAFE, com a perspectiva de entrar em operacionalização ainda no decurso do presente ano.

2.3. IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS COMPLEMENTARES AO SISTAFE

No âmbito do apoio às Instituições do Estado na implementação de sistemas complementares ao e-SISTAFE, destacam-se as seguintes realizações:

1. No projecto Sistema de Gestão de Beneficiários do INAS (e-INAS), a operacionalização do Sistema de Gestão de Beneficiários do INAS (SGB) numa plataforma centralizada, permitiu o processamento de subsídios de **1.309** beneficiários da Cidade de Maputo, e está em curso a expansão nas Delegações do INAS da Cidade de Nampula, Ribaué Xai-Xai, Chókwe, Chibuto e Matola. No âmbito da expansão da utilização do SGB a nível nacional, foi configurado o acesso a vinte e nove (**29**) das trinta (**30**) Delegações do INAS, faltando a Delegação de Chicualacuala, que aguarda o estabelecimento da ligação à rede do e-SISTAFE naquele local.

2. No projecto Sistema Nacional de Gestão de Custos de Construção (SINAGEC), a disponibilização de funcionalidades para o Cadastro dos Insumos e Serviços de construção civil, bem como os respectivos Preços de Referência, já em operacionalização pelo Ministério das Obras Públicas e Recursos Hídricos (MOPHRH) na sua Central de

Catalogação, tendo sido já cadastrado **3050** insumos. Para operacionalização da colecta de preços de mercado dos Insumos e de funcionalidades dos serviços de Construção Civil, foi concluído o desenvolvimento da aplicação de Preços de Referência da operacionalização referida, irá permitir que o MOPHRH faça melhor avaliação técnico-financeira das propostas de prestação de serviços de obras ao Estado, padronização, a nível nacional, das especificações de serviços da Construção Civil.

2.4. FUNCIONAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO CEDSIF

Esta componente visa assegurar que o CEDSIF seja dotado de uma estrutura organizativa capaz e de recursos humanos com capacidades e habilidades necessárias para responder às suas atribuições e aos desafios impostos na área da Gestão das Finanças Públicas, nomeadamente, na sua função de coordenador das Reforma na Gestão das Finanças Públicas.

2.4.1 Serviços de Suporte Institucional

Na prossecução e controlo do processo de execução das actividades de suporte, constantes deste objectivo, previsto no Plano Estratégico 2015-2019, foram realizadas as seguintes acções:

No domínio de instrumentos de gestão do CEDSIF, merecem destaque, elaboração do Manual de Planificação; actualização do PAO 2018; elaboração dos relatórios Anual de Execução das Actividades do PAO 2017 e o de execução de actividades do PAO 2018 do 1º Semestre, e elaboração do Balanço de Meio-Termo da Implementação do Plano Estratégico referente ao período 2015-2017, no âmbito do processo de planificação, acompanhamento, monitoria e avaliação das actividades.

No mesmo período, com vista a garantir a execução do PAO 2018, foi concluído o processo de inscrição dos saldos transitados de 2017 para 2018, revistas as necessidades orçamentais por Unidade Orgânica da Instituição e redistribuído o orçamento do PAO 2018 para cobrir défices em rúbricas críticas para o funcionamento da instituição e do Sistema face às novas prioridades, e estão em curso os trabalhos que visam a materialização da última redistribuição orçamental do presente exercício económico.

Na componente de cooperação, foi realizada a 1ª Reunião do Comité de Parceria do Fundo Comum do SISTAFE para 2018, e, na sequência da mesma, foi elaborado o documento de fundamentação dos níveis de execução da despesa pela Via Directa e Indirecta e submetido aos Parceiros de Cooperação; feito o levantamento da situação actual das Finanças Públicas em Moçambique, por um especialista na matéria, no âmbito da implementação do Acordo de Cooperação Técnica, assinado em 2017, entre o Governo de Moçambique, representado pelo MEF e o Governo do Japão representado pela Agência de Cooperação Japonesa (JICA), visando o apoio na implementação do Plano Estratégico das Finanças Públicas 2016-2019 (PEFP 2016-2019) no geral, e em particular ao CEDSIF na coordenação das reformas da Gestão das Finanças Públicas e implementação do e-SISTAFE.

No âmbito da implementação do Sistema de Gestão da Qualidade, baseado na Norma ISO 9001, para assegurar a melhoria contínua do CEDSIF, foi actualizado o conteúdo do Portal de Melhoria Contínua, dando destaque a reestruturação do menu de navegação e introdução de novos conteúdos relativos às actividades de melhoria contínua. Foi divulgado o Sistema de Gestão do CEDSIF, tendo participado na acção **214** colaboradores da instituição, e estão em elaboração os documentos sobre procedimentos operacionais com vista a auxiliar nas diversas actividades do CEDSIF e respectivo controlo interno, com destaque para os Manuais sobre Gestão do Património e de Planeamento Operacional. Foi elaborado o Manual de Procedimentos de Atendimento ao Utilizador, nas vertentes de expansão de *sites*, resolução de problemas de infraestrutura e indisponibilidade de sistema, aprovado o Manual de Procedimento de Elaboração de Documentos do CEDSIF, que estabelece as directrizes para a elaboração de documentos internos do CEDSIF, nomeadamente, os de carácter oficial e os procedimentais.

Ainda relativamente à implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), baseado na Norma ISO 9001, foi realizada a Auditoria Interna ao Sistema de Gestão da Qualidade, no escopo do Processo de Atendimento ao Utilizador e aprovado o respectivo relatório; está em preparação a realização da 4ª Reunião Anual da Qualidade, concluído o processo de contratação da empresa que irá realizar a Auditoria de Certificação do Sistema de Gestão de Qualidade pela Norma ISO 9001, no escopo do Processo de Atendimento ao Utilizador, a iniciar em Outubro; e, no âmbito da definição, implementação e consolidação dos processos do CEDSIF, foi mapeada e aprovada a operacionalização da competência Organizacional “Gerir Sistemas de Informação TIC”; revista e harmonizada com o DAF Finanças a proposta

sobre o novo Modelo de Funcionamento do DAF Finanças e revisto o Manual de Gestão do Património e Planificação, aguardando a sua harmonização. As realizações arroladas permitirão assegurar a uniformização de procedimentos de trabalho e melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo CEDSIF.

Para garantir a segurança e funcionamento pleno dos sistemas, em gestão de facilidades (energia e frio do edifício e centro de dados): foram feitas **76** intervenções de manutenções preventivas e correctivas às instalações do CEDSIF; e efectuada a monitoria diária do estado da infra-estrutura de apoio aos Centros de Dados, tendo culminado com a elaboração de **172** relatórios.

No âmbito da implementação do Sistema de Gestão de Segurança de Informação (SGSI), que para além de assegurar um elevado nível de segurança dos sistemas de informação e minimizar a exposição ao risco nos processos de negócio, visa garantir o alinhamento com o Sistema de Gestão de Qualidade e outros sistemas de gestão a serem implementados no CEDSIF e as boas práticas internacionalmente aceites, (i) Foi elaborado o manual do sistema de gestão de segurança da informação; (ii) Revistas e aprovadas as normas de segurança da informação disponibilizadas no portal do CEDSIF, além de estarem em processo de divulgação por email; (iii) Iniciada a auditoria interna de segurança 2018, e estão em processo de consolidação as recomendações do relatório de auditorias realizadas em 2017; (iv) Realizadas várias sessões de sensibilização em matéria de segurança, abrangendo **220** colaboradores do CEDSIF, bem como a **50** Administradores de Segurança (AS) das províncias de Gaza, Tete e Niassa e enviados os relatórios de sensibilização dos AS às Instituições abrangidas para efeitos de orientação prática no processo de correcção dos erros constatados.

Na componente específica de gestão de risco, foi concluída a elaboração do Modelo de Gestão de Riscos de Negócio e Tecnologia de Informação, em conformidade com as normas ISO 31000 e 27005; e elaboradas **05** análises de riscos referentes aos projectos em desenvolvimento no CEDSIF.

Para assegurar a elaboração do Plano de Continuidade de Negócio (PCN), (i) foi elaborado um roteiro detalhado das acções a serem levadas a cabo, que servirá de guião, para a materialização deste plano; (ii) está em curso a harmonização da política de continuidade de negócio; (iii) Elaborada a documentação de Priorização dos Processos chave do CEDSIF;

(iv) Concluídos os trabalhos para realização do cenário 2 do teste de recuperação de desastres, devendo ter lugar quando for superado o problema identificado na infraestrutura tecnológica; (v) elaborado o plano de emergência; (vi) em curso acções para a certificação do CEDSIF como uma instituição que cumpre com os requisitos de combate a incêndios, que inclui a já realizada formação de **60** colaboradores em combate a incêndios e primeiros socorros; e (vii) feita a recolha, registo e armazenamento de **320** cópias de segurança.

No domínio de assistência jurídica à instituição, com vista a garantir a conformidade legal dos actos e processos internos, foram realizadas actividades de representação do CEDSIF em juízo, atinentes a processos em que é parte, de emissão de diversos pareceres jurídicos sobre matérias de contratações públicas e de gestão de recursos humanos.

Na componente de criação e reforço de ferramentas de comunicação interna, com vista à tornar os processos mais fluídos, participativos e transparentes, foi actualizada a página de intranet, elaborados boletim Informativo (trimestral), revistas de imprensa (quinzenal) e *flash* informativos (por demanda), produzidos vídeos para TV corporativa, e iniciada a gravação na “Rádio Moçambique” de conteúdos para o programa radiofónico “ABC” de Finanças Públicas.

Também, no âmbito da implementação de metodologia de gestão alinhada com estratégia organizacional, foram actualizadas as matrizes de indicadores de gestão do CEDSIF introduzido um indicador de acções de cobertura de eventos a nível interno e externo, e harmonizado o plano de aquisição - acções de comunicação e imagem.

2.4.2 Recursos Humanos

Esta componente compreende informação integrada sobre os recursos humanos, agrupada por género, nível académico, estrutura etária, Unidade Orgânica, modalidade de vinculação e designação de técnicos para exercerem funções em comissão de serviço.

Caracterização dos Recursos Humanos

O CEDSIF, no primeiro semestre, contou com um efectivo de trezentos e quatro (**304**) colaboradores, sendo duzentos e cinco (**205**) do sexo masculino, e noventa e nove (**99**) do sexo feminino, afectos às diferentes Unidades Orgânicas, conforme ilustra a tabela 2. Refira-se que, no período em apreço, o CEDSIF registou a saída de sete (**7**) técnicos e integrou no quadro do pessoal, mais dezasseis (**16**) colaboradores, dos quais três (**3**) provenientes do

Ministério da Administração Estatal e Função Pública (MAEFP), em regime de destacamento para o projecto e-SNGRHE, dois (2) transferidos da Autoridade Tributária, um (1) transferido do Tribunal Administrativo (T.A) e oito (8) do Ministério da Economia e Finanças (MEF), sendo seis (6) em regime de destacamento, e dois (2) transferidos para cumprirem funções na área de TI; e dois (2), alocados no âmbito do concurso de 61 vagas, devendo prestar serviços na área de tecnologia de informação.

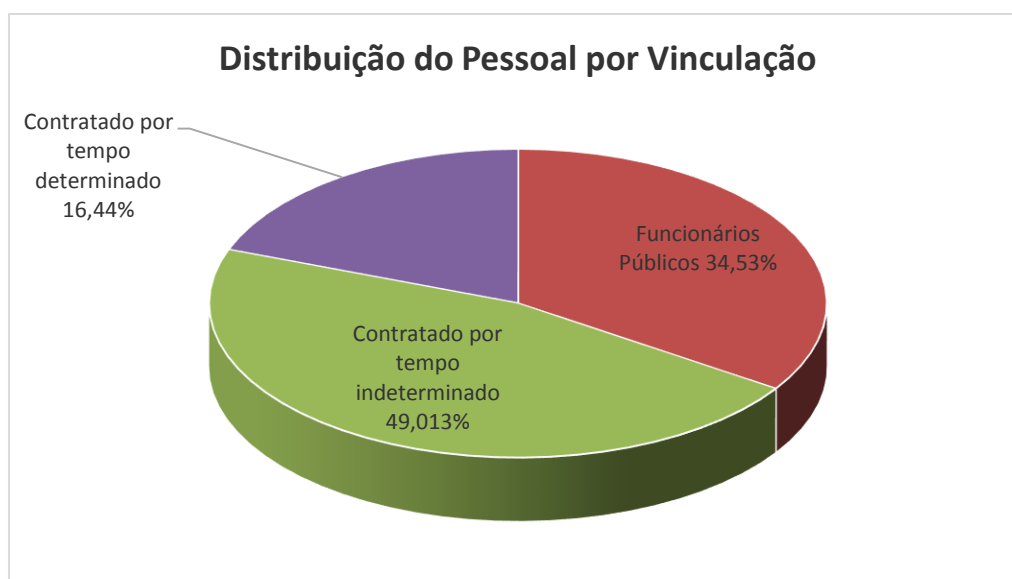
Os colaboradores referidos estão em serviço no CEDSIF e afectos às Unidades Orgânicas e Projectos, conforme a tabela 3.

Tabela 3. Distribuição do Efectivo por Unidade Orgânica, Projectos, Nível Académico e Género

Nº de ord.	Unidade Orgânica	Nível Académico																								
		Mestrado			Licenciatura			Bacharel			Médio Profissional			Médio Geral			Basico			Elementar			Total Geral			
		F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	%
1	AJ			0	1	1	2			0			0			0			0			0	1	1	2	0,66
2	UCI	1	1	2	2	1	3			0			0			0			0			0	3	2	5	1,64
3	DAF		2	2	4	2	6			0	3	3	6	2	3	5	4	4	5	5	9	19	28		9,21	
4	DAU			0	1	1	2			0	7	1	8	1	3	4	0	0			0	9	5	14		4,61
5	Delegações		1	1	3	22	25			0			0			0			0		0	3	23	26		8,55
6	DG		1	1	3	2	5	2	2				0	1	1			0		0		4	5	9		2,96
7	DRH	1		1	5	2	7			0	1	1	2			0			0		0	7	3	10		3,29
8	Escola		1	1	3	2	5			0	1		1	0	0		1	1	1	1	4	5	9		2,96	
9	UGPS		1	1																	0	1	1			
10	UCCP		1	1	0	1	1			0			0			0			0		0	0	1	1		0,33
10.1	Projecto e-Tributação			0	2	6	8			0			0			0			0		0	2	6	8		2,63
10.2	Projecto INAS			0		5	5			0			0			0			0		0	0	5	5		1,64
10.3	Projecto MPE			0	5	11	16			0			0	1	1			0		0		6	11	17		5,59
10.4	Projecto SCI			0	1	3	4			0		0	0			0			0		0	1	3	4		1,32
10.5	Projecto SGIFP			0		6	6			0		0	0			0			0		0	0	6	6		1,97
10.6	Projecto SINAGEC			0	1	5	6			0			0			0			0		0	1	5	6		1,97
10.7	Projecto SNGRH			0	3	10	13			0			0			0			0		0	3	10	13		4,28
10.8	Projecto SISMP				1	1	2															1	1	2		
10.9	Projecto SPO			0	2	4	6			0			0			0			0		0	2	4	6		0,33
11	SCI	1		1	2	6	8			0			0		0	0			0		0	3	6	9		2,96
12	SDSI			0	6	31	37	1	1			0	0		0			0		0	6	32	38		12,50	
13	SO			0	6	24	30			0	1	2	3	0	2	2			0		0	7	28	35		11,51
14	SOM	1		1	14	11	25	1	1		1	1	1	1		1			0		0	17	12	29		9,54
15	SQC	2	0	2		2	2			0			0			0			0		0	2	2	4		1,32
16	SSSI	1		1	1	5	6			0			0		1	1			0		0	2	6	8		2,63
17	UGEA	1		1	5	2	7			0			0		1	1			0		0	6	3	9		2,96
	Total	8	8	16	71	166	237	1	3	4	13	8	21	6	10	16	0	5	5	0	6	6	99	205	304	100,00

O vínculo laboral do pessoal em serviço na Instituição compreende duas modalidades, uma por contrato por tempo determinado ou indeterminado, e outra por provimento. Actualmente o universo do pessoal do CEDSIF é composto por **149** colaboradores com contrato por tempo indeterminado (**49,013%**), **50** com contrato por tempo determinado (**16,44%**), e **105** com provimento (**34,53%**), conforme o gráfico 2.

Gráfico 2: Distribuição do Pessoal em Serviço no CEDSIF



Nível Académico e Estrutura Etária

Analisando o nível académico e a estrutura etária, constata-se que a maior parcela do pessoal do CEDSIF é composta por licenciados no total de **235** colaboradores, o equivalente à **77,30%**, conforme ilustra a tabela 4. A faixa etária mais significativa é de **31-40** anos, com **159** colaboradores, o que correspondente a **52,30%** do efectivo global da instituição.

Tabela 4: Distribuição do Efectivo por Nível Académico, Género e Faixa Etária

Nível Académico / Género	Faixas Etárias																						
	18-25			26-30			31-40			41-50			51>60			61»			Total Geral				
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	%	
Mestrado			0			0	6	5	11	2	1	3		3	3			0	8	9	17	5,59	
Licenciatura		12	12	6	30	36	40	86	126	20	31	51	3	5	8	1	1	2	70	165	235	77,30	
Bacharelato			0			0	1	1	2		1	1		1	1			0	1	3	4	1,32	
Médio Profissional			0		4	4	6	3	9	6	0	6	1	1	2			0	13	8	21	6,91	
Médio Geral	1		1		1	1	3	6	9	1	1	2	1	2	3			0	6	10	16	5,26	
Básico			0			0		1	1			0	1	3	4			0	1	4	5	1,64	
Elementar			0			0		1	1			0		2	2			3	3	0	6	6	1,97
Total	1	12	13	6	35	41	56	103	159	29	34	63	6	17	23	1	4	5	99	205	304	100,00	

Pessoal em Comissão de Serviço

No período em avaliação, o CEDSIF nomeou dois técnicos, um com função de coordenar a Unidade de Gestão de Produtos e Serviços, e outro de gerir o Projecto para o desenvolvimento de um Sistema Informático de Suporte às Funções do Ministério Público na Jurisdição Administrativa. Com estas nomeações, o CEDSIF passou a ter, nas funções de Direcção e Chefia, um (1) Director Geral, dois (2) Directores Gerais Adjuntos, três (3) Assesores de Direcção, seis (6) Directores de Serviços, seis (6) Chefes de Departamento², oito (8) Delegados Provinciais, sete (7) Gestores de Projecto, face à exoneração de um (1) a pedido pessoal, Dezassete (17) Chefes de Divisão, dez (10) Chefes de Áreas e sete (7) Chefes de Secção, totalizando sessenta e oito (68).

2.4.3 Gestão de Contratos de Aquisição de Bens e Serviços

O Plano Anual de Aquisições (PAA) 2018, instrumento de gestão de contratações públicas para aquisição de bens e serviços, inicialmente previa 54 contratações, incluindo os transitados de 2017, tendo sido actualizado para 91. Esta variação resultou em parte da inclusão de 12 concursos, no âmbito do Memorando de Entendimento entre o Gabinete de Gestão de Riscos do Ministério da Economia e Finanças e a Irlanda, nos termos do qual o CEDSIF liquidará as despesas decorrentes do financiamento de certas actividades daquela instituição pela Irlanda; e mais 25 contratações decorrentes das necessidades actualizadas das unidades orgânicas resultante da disponibilização de recursos para o efeito.

Na execução do Plano Anual de Aquisições (PAA) foram aplicados tanto as modalidades de contratação competitiva, assim como a de ajuste directo, conforme ilustra a tabela 5.

Tabela 5: Modalidades de Contratação de Janeiro a Setembro de 2018

² Foram incluídos neste grupo os chefes de Unidades com Estatuto de Chefe de Departamento, nomeadamente, UGEA, UAJ e Escola do CEDSIF.

Período	Modalidade de Contratação	Setembro	Acumulado
Transitados de 2017	Concursos Lançados	-	11
	Ajuste Directo Lançados	-	03
2018	Concursos Lançados	7	43
	Ajuste Directo Lançados	0	24
	Concursos por lançar	-	07
	Ajuste Directo por lançar	-	3
	Total	-	91
	Contratos Celebrados	4	42
	Adendas a Contratos	0	7
	Prorrogações	0	6

A contratação por Ajuste Directo, apesar de ter fundamento legal, é a menos privilegiada, sendo que o CEDSIF optou por esta modalidade na contratação de manutenção de viaturas nos agentes, na contratação do Conselho Municipal para prestação de serviços de recolha de lixo e resíduos sólidos e estacionamento de viaturas, na contratação do arrendamento de armazém, na contratação de serviços de comunicação móvel e fixa, nos contratos de adesão para fornecimento de energia eléctrica e água e decorrente de concursos desertos.

Tabela 6: Concursos e Ajustes Directos lançados em 2018

Modalidade	Fundamentação da Modalidade	Nº	Valor Agregado	%
Ajuste Directo	Manutenção de viaturas nos agentes, contratação do Conselho Municipal para prestação de serviços de recolha de lixo e resíduos sólidos e estacionamento de viaturas, na contratação do arrendamento de armazém, na contratação de serviços de comunicação móvel e fixa, nos contratos de adesão para fornecimento de energia eléctrica e água e decorrente de concursos desertos.	30	158.331.000,00 MZM	81%
Concursos		61	36.492.660,68 MZM	19%
Total		91	194.823.660,68 MZM	100%

2.4.4 Componente Orçamental

A dotação orçamental inicial do CEDSIF para o exercício económico de 2018 foi de **462.767.730,00 MT**, tendo registado, face à (i) inscrição de saldos transitados de 2017; (ii) reposição de 10% da primeira subvenção da União Europeia; (iii) reforço do orçamento para cobertura das despesas do projecto de Sistema de Gestão de Informação de Finanças Públicas; (iv) inscrição de compromisso adicional para cobertura das despesas do projecto

e-Tributação; (v) inscrição do compromisso da segunda subvenção da União Europeia; (vi) reforço e libertação da dotação dos recursos do Tesouro; e por fim a (vii) inscrição do excesso das receitas próprias realizadas em 2018, um acréscimo no valor **734.071.044,37MT**, resultando, por conseguinte, numa dotação orçamental actualizada de **1.196.838.773,75 MT**.

No período em apreço, a dotação orçamental actualizada teve uma execução acumulada no valor de **587.193.511,99 MT**, o equivalente a **49,06%**, a 30 de Setembro; execução esta baixa, considerando que faltam apenas 3 meses para o fim do exercício económico de 2018. Interferiram para o presente nível de execução orçamental os seguintes factores:

- Aumento da dotação orçamental do CEDSIF, registado ao longo do 3º trimestre, no valor de **489.917.509,75 MT**. Refira-se que a dotação orçamental actualizada a 30 de Junho, ou seja, do 1º semestre foi de **706.921.264,00 MT** e teve uma execução de **316.450.887,67 MT**, o equivalente à **44,76%**.
- Desembolso no 3º trimestre do (i) do Governo da Itália e do Reino da Dinamarca, que dependiam da finalização e entrega do Relatório de Auditoria às contas e procedimentos do CEDSIF referente ao exercício económico de 2017; e (ii) da União Europeia, que estava dependente da aprovação da Nova Subvenção; e
- Orçamentação da totalidade dos montantes dos contratos plurianuais, que se espera venham a ser corrigidos com a operacionalização da nova funcionalidade no MPE que possibilita apenas a inscrição de recursos que são necessários naquele ano.

2.4.5 Funcionamento do Conselho de Direcção

Em actividades de administração e gestão do CEDSIF, sob orientação da Direcção Geral, o Conselho de Direcção reuniu-se em sessões ordinárias e extraordinárias para apreciar, recomendar, informar e dar o ponto de situação dos diversos assuntos da vida da Instituição, tendo sido registadas um total de **26** sessões, das quais **20** Ordinárias e **6** Extraordinárias. As Sessões Ordinárias obedeceram ao calendário das sessões do Conselho de Direcção de 2018, cumprindo-se assim com o programa. Para cada sessão foram elaboradas sínteses que resumizam as matérias tratadas e as recomendações emanadas que constam de Matrizes para Acompanhamento das Decisões e Orientações do Conselho de Direcção, as quais foram devidamente assinadas e arquivadas. Das sessões realizadas, foram emanadas **103**

recomendações, dentre estas **94** são de Sessões Ordinárias e **9** das Extraordinárias, para dinamizar a materialização das acções inscritas no PAO 2018.

3. BALANÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A dotação orçamental inicial do CEDSIF para o exercício de 2018 foi de **462.767.730,00 MT**, tendo passado para **1.196.838.773,75 MT**, face às inscrições ocorridas do 1º ao 3º trimestre, o que representa um acréscimo de **734.071.043,75 MT**, conforme ilustra a tabela 7 abaixo, resultante de:

- Inscrição de saldos transitados de 2017 para 2018;
- Transferências das dotações orçamentais as Delegações Provinciais do CEDSIF;
- Reposição de 10% da primeira subvenção da União Europeia;
- Reforço do orçamento para cobertura das despesas do projecto do Sistema de Gestão de Informação de Finanças Públicas;
- Transferência de dotação orçamental a IGF;
- Valor adicional do compromisso de cobertura das despesas do projecto e-Tributação;
- Valor do compromisso referente à segunda subvenção da União Europeia;
- Reforço e libertação da dotação dos Recursos do Tesouro; e
- Excesso de receitas próprias realizadas em 2018.

Tabela 7: Mapa de Variação Orçamental de 2018 (MT)

Ordem	Fonte de Recurso	Dotação Inicial		Dotação Actualizada		Variação da Dotação	
		Valor da Dotação Inicial (1)	Peso	Valor da Dotação Actualizada (2)	Peso	Valor da Variação da Dotação (3=2-1)	Peso
1	101 RT	317.184.730,00	68,5%	490.361.852,91	40,97%	173.177.122,91	23,59%
2	111CEDSIF	60.010.330,00	13,0%	91.369.272,10	7,63%	31.358.942,10	4,27%
4	Total Componente Interna	377.195.060,00	81,5%	581.731.125,01	48,61%	204.536.065,01	27,86%
5	133FCUTRAFE	23.914.060,00	5,2%	402.760.621,76	33,65%	378.846.561,76	51,61%
6	134BEL	14.500.000,00	3,1%	3.985.090,58	0,33%	-10.514.909,42	-1,43%
7	134BEL-CEDSIF		0,0%	10.514.909,42	0,88%	10.514.909,42	1,43%
8	134UE-CEDSIF		0,0%	106.408.542,04	8,89%	106.408.542,04	14,50%
9	134IRLCEDSIF		0,0%	14.987.126,70	1,25%	14.987.126,70	2,04%
10	134ASDI	592.420,00	0,1%	592.420,00	0,05%	0,00	0,00%
11	134WB-DNT	46.566.190,00	10,1%	75.858.938,24	6,34%	29.292.748,24	3,99%
12	Total Componente Externa	85.572.670,00	18,5%	615.107.648,74	51,39%	529.534.978,74	72,14%
13=4+12	Global	462.767.730,00	100,0%	1.196.838.773,75	100,00%	734.071.043,75	100,00%

Saldo Inicial

O CEDSIF transitou de 2017 para 2018 com um saldo financeiro de **289.036.358,66 MT**, assim discriminados por fontes de recursos na tabela 8.

Tabela 8: Mapa de Saldo Inicial

Descrição	Moeda	Valores Detalhados	Câmbio	Valores MT
Valores em MZM				138.942.094,81
Tesouro - MT 133FCSISTAFE	MT	38.624.076,02	1,00	38.624.076,02
Tesouro - MT 134UE	MT	3.228.354,08	1,00	3.228.354,08
BCI - CEDSIF - MT Conta 0008 0000 53737613101 80	MT	45.934.617,51	1,00	45.934.617,51
Operações de Tesouraria (BCI - CEDSIF - MT Conta 0008 0000 53737613101 80)	MT	274.091,63	1,00	274.091,63
BCI - CEDSIF - MT Conta 0008 0000 14712476101 80	MT	2.250,00	1,00	2.250,00
BIM - CEDSIF - MT Conta 0001 0000 00000756698 57	MT	325.108,56	1,00	325.108,56
111CEDSIF-Recitas Trióprias	MT	13.147.340,21	1,00	13.147.340,21
Tesouro - MT 134WB-CEDSIF	MT	37.406.256,80	1,00	37.406.256,80
Valores em MT - DPPFs	MT			0,00
Valores em USD				102.638.636,81
Tesouro - USD 133FCSISTAFE	USD	1.484.863,80	59,03	87.651.510,11
BM - CEDSIF - USD	USD	253.890,00	59,03	14.987.126,70
Tesouro - USD 134UE-CEDSIF	USD			0,00
Valores em EURO - Tesouro				47.455.627,03
Tesouro - Eur 133FCSISTAFE	EUR	673.750,65	70,44	47.455.627,03
Valor Total				289.036.358,66

Entradas do Período

De Janeiro a Setembro de 2018, houve entrada de recursos financeiros na ordem de **865.115.567,58MT**, assim discriminados:

- **402.335.076,49MT**, proveniente de recursos de tesouro;
- **345.282.173,75 MT** proveniente dos seguintes Parceiros.
 - **174.646.683,32MT**, desembolsado pela Dinamarca,
 - **149.834.426,43MT**, proveniente da União Europeia, e
 - **20.801.064,00MT**, desembolsado pela Itália
- **116.604.511,91 MT**, proveniente de receitas próprias.

No período de Janeiro a Setembro de 2018, o CEDSIF arrecadou em receitas próprias o montante de **116.604.511,91MT** (inclui receitas cobradas e transitadas do exercício económico de 2017), contra o montante de **60.010.330,00 MT** previsto inicialmente por arrecadar em 2018, conforme ilustra a tabela 8. O elevado nível de cobrança de receitas durante o período em análise, foi influenciado pela identificação de novas fontes (entidades) de receitas, não previstas no plano de arrecadação de receitas próprias, elaborado em 2017.

Tabela 9: Receitas Próprias (MT)

Receitas Próprias-CEDSIF 2018	Previsão Inicial das Receitas Própria (1)	Inscrição de Saldo das Receitas Próprias (2)	Inscrição de excesso das Recitas Próprias (3)	Previsão Actualizada das Receitas Própria (4=1+2+3)	Valores Cobradas (5)	Saldo (6=4-5)	Grau de Execução
Letshego	28.747.320,00			28.747.320,00	34.066.580,00	5.319.260,00	119%
Movitel	162.000,00			162.000,00	81.000,00	(81.000,00)	50%
Banco +	902.400,00			902.400,00	4.549.901,00	3.647.501,00	504%
BayPort	20.159.160,00			20.159.160,00	44.633.140,00	24.473.980,00	221%
MozaBanco	487.662,84			487.662,84	365.747,13	(121.915,71)	75%
INTIC	487.662,84			487.662,84	245.131,42	(242.531,42)	50%
TA	487.662,84			487.662,84	203.192,85	(284.469,99)	42%
BCI	-			-	4.568.960,00	4.568.960,00	
Escola do CEDSIF	2.216.461,48			2.216.461,48	911.787,39	(1.304.674,09)	41%
Venda de Cadernos de Encargo	60.000,00			60.000,00	1.100,00	(58.900,00)	2%
INAS (OIT)	6.300.000,00			6.300.000,00	2.634.200,00	(3.665.800,00)	42%
Projecto SGNRHE	-			-	-	-	
Seguros (ISSM)	-			-	750.000,00	750.000,00	
BANCO OPORTUNIDADE	-			-	1.489.795,00	1.489.795,00	
BIM	-			-	836.995,00	836.995,00	
Outros Proveitos Financeiros (Juros)	-			-	227.007,63	227.007,63	
Ministerio da Agricultura e Seguranca Alimentar-DNE-PSP				-	2.369.877,68	2.369.877,68	
Excesso das Receitas Próprias			12.688.845,29	12.688.845,29			
Saldo transitado de 2017 para 2018		18.670.096,81		18.670.096,81	18.670.096,81	-	100,00%
1.TOTAL DAS RECEITAS PRÓPRIAS	60.010.330,00	18.670.096,81	12.688.845,29	91.369.272,10	116.604.511,91	25.235.239,81	127,62%
Devoluções de Valores					334.040,00	334.040,00	
Garantias					559.765,43	559.765,43	
2.TOTAL DAS OUTRAS ENTRADAS (NÃO RECEITAS)	-	-	-	-	893.805,43	893.805,43	
Governo					376.747.417,14	376.747.417,14	
Adiantamento de Fundos					25.587.659,35	25.587.659,35	
3.GOVERNO	-	-	-	-	402.335.076,49	402.335.076,49	
Dinamarca					174.646.683,32	174.646.683,32	
União Europeia					149.834.426,43	149.834.426,43	
Italia					20.801.064,00	20.801.064,00	
4.DESEMBOLSOS DOS PARCEIROS	-	-	-	-	345.282.173,75	345.282.173,75	
5.GLOBAL (1+2+3+4)	60.010.330,00	18.670.096,81	12.688.845,29	91.369.272,10	865.115.567,58	773.746.295,48	

Execução de Despesas por Rubrica

Tabela 10: Execução por Classificação Económica da Despesa (MT)

Descrição	Dotação Inicial		Dotação actualizada		Despesas Pagas 2017		Grau de Execução de 2016
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	
SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	333.095.000,00	71,98%	348.622.286,90	29,13%	314.900.897,12	53,63%	90,33%
DEMAIS DESPESAS COM PESSOAL	1.550.000,00	0,33%	5.967.354,49	0,50%	2.990.624,80	0,51%	50,12%
BENS	6.703.470,00	1,45%	17.828.831,83	1,49%	6.220.611,49	1,06%	34,89%
SERVIÇOS	81.020.320,00	17,51%	607.544.138,61	50,76%	230.354.678,62	39,23%	37,92%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES A FAMÍLIAS	-	0,00%	50.000,00	0,00%	5.000,00	0,00%	10,00%
RESTITUIÇÃO DE RECEITAS			49.907,64	0,00%		0,00%	0,00%
MAQUINARIA EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS	26.494.940,00	5,73%	138.809.291,59	11,60%	7.134.040,61	1,21%	5,14%
MEIOS DE TRANSPORTE	13.904.000,00	3,00%	7.672.427,26	0,64%	-	0,00%	0,00%
DEMAIS BENS DE CAPITAL	-	0,00%	70.294.535,43	5,87%	25.587.659,35	4,36%	36,40%
TOTAL	462.767.730,00	100,00%	1.196.838.773,75	100,00%	587.193.511,99	100,00%	49,06%

Salários e Remunerações

Os recursos financeiros destinados a execução da rubrica de salários e remunerações do pessoal, na sua maioria, provêm dos Recursos do Tesouro. No período em apreço, foi executado o valor de **314.900.897,12 MT**, o que corresponde a **53,63%** do peso total da execução e **90,33%** da execução da rubrica.

Demais Despesas com o Pessoal Civil

A execução desta rubrica foi de **2.990.624,8 MT**, o que corresponde a **0,51%** do peso total da execução e de **50,12%** da execução da rubrica. Nesta rubrica destaca-se o pagamento de subsídios aos estagiários do Projeto INAS, de ajudas de custos em deslocações de serviço e no âmbito da formação dos formadores provinciais do e-SISTAFE, em matérias do Modulo de Administração do Património do Estado e do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado.

Bens

A rubrica de bens congrega as despesas de combustível, bens para manutenção de móveis e imóveis, material de consumo para escritório, entre outros. Esta rubrica atingiu uma execução no montante de **6.220.611,49 MT**, o que corresponde a **1,06%** do peso total da execução e **34,89%** da execução da rubrica.

Serviços

A rubrica de serviços agrega o pagamento da prestação dos serviços de manutenção, reparação de bens imóveis, rendas, entre outros. A sua execução foi de **230.354.678,62 MT**, o que corresponde a **39,23%** do peso total da execução e **37,92%** da execução da rubrica.

Equipamento e Mobiliário

No que concerne a esta linha de despesas, foi registada uma execução no montante de **7.134.040,61 MT**, o que corresponde a **1,21%** do peso total da execução e **5,14%** da execução da rubrica. A despesa refere-se à aquisição de diverso equipamento Informático.

Demais Despesas de Capital

Esta rubrica, registou uma execução no montante de **25.587.659,35 MT**, o que corresponde a um nível de execução de **4,36%** do peso total do total executado e **36,40%** da execução da rubrica. A despesa refere-se às licenças de Base de Dados.

Execução por Objectivo Estratégico

No que se refere aos Objectivos Estratégicos, a execução das despesas do CEDSIF apresenta, conforme ilustra a tabela 11.

Tabela 11: Execução por Objectivo Estratégico, de Janeiro a Setembro de 2018

Objectivos Estratégicos	Dotação Actualizada		Despesas Pagas de 2018		Grau de Execução
	Valor Dotação Actualizada	Peso	Valor Despesas Pagas de 2015	Peso	
Garantir o funcionamento e desenvolvimento institucional do CEDSIF	469.617.073,90	39,24%	329.445.890,97	56,11%	70,15%
Consolidar a reforma do SISTAFE Total	322.135.057,37	26,92%	116.402.523,49	19,82%	36,13%
Dar continuidade a implementacao do SISTAFE Total	371.806.912,57	31,07%	128.792.295,17	21,93%	34,64%
Apoiar as instituições do Estado na implementacao de sistemas complementares ao SISTAFE	33.279.729,91	2,78%	12.552.802,35	2,14%	37,72%
TOTAL	1.196.838.773,75	100,00%	587.193.511,98	100,00%	49,06%

Dos Objectivos Estratégicos, merece destaque “Garantir o funcionamento e desenvolvimento institucional do CEDSIF”, pois, com o peso orçamental de **39,24%**, teve execução de **70,15%** devido a rubrica de salários e remunerações.

Saldo Financeiro a 30 de Setembro de 2018

O saldo financeiro final dos Parceiros do Fundo Comum da União Europeia, Receitas Próprias e BCI é **616.082.421,95MZN**; valor proveniente dos saldos existentes na CUT em várias moedas e na Conta Forex - USD, tal como ilustra a tabela 12.

Tabela 12: Saldo Financeiro do CEDSIF a 30 de Setembro de 2018

Saldos	Fonte de Recurso	MZN	USD	EUR
CEDSIF	133FCsistafe	19.653.158,42	-	9.661,07
	134UE-CEDSIF	3.561.672,47		
	134BEL-CEDSIF	2.376.294,93		
	134WB-DNT	15.570.213,36		12.095,78
	134ASDI	592.420,00		
	134IRLCEDSIF	1.786.958,57		
	111CEDSIF	15.296.461,52		
CUT	133FCSISTAFE	20.625.918,38	2.048.971,83	448.406,51
	134BEL			
	134BEL-CEDSIF	4.018.413,68		
	111CEDSIF	47.262.957,88		
	134WB-DNT	-		
	134IRLCEDSIF	8.875.898,46		
	134UE-CEDSIF	23.025.591,87	2.149.807,84	
	134ASDI			
BANCO	BCI-CEDSIF	6.607.922,37		
	BCI-ESCOLA	-		
	BIM	218.195,00		
	BANCO MOC		314.841,64	
Subtotal		169.472.076,91	4.513.621,31	470.163,36
Cambio		1,00	60,71	71,01
Subtotal		169.472.076,91	274.021.949,73	33.386.300,19
Total MZN		476.880.326,83		
Dotação Disponível Recursos do Tesouro		139.202.095,12		
Total MZN		616.082.421,95		

4. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

A análise da execução de actividades do PAO 2018, com base na matriz de controlo, mostra que estão programadas **82** actividades para **2018**, dentre as quais **53** a executar em 12 meses, **3** em três trimestres, **16** em seis meses e **10** em três meses, tendo sido iniciadas, de Janeiro a Setembro, **48** anuais, **2** previsto a concluir em nove meses, concluídas **13** programadas para realizar em seis meses e **8** cujo tempo necessário para sua execução são três meses, conforme ilustra a tabela 13.

Tabela 13: Dinâmica de Execução das Actividades do PAO 2018

Dinâmica de Execução das Actividades do PAO 2018							
Por Objectivo Estratégico	PAO 2018						
	Act. Anuais	Avaliação do Desempenho de Janeiro a Setembro					
		Programadas a Iniciar/Concluir no Período	A concluir no Período	Concluídas	Em Curso	Não Realizadas por Falta de Financiamento	Não Realizadas por Diversas Razões, no Período
A. Consolidar a Reforma do SISTAFE	13a	13a	0a	0a	12a	0a	1a
	1 b	1b	0b	0b	1b	0b	0b
	6c	6c	5c	5c	1c	0c	0c
	3d	3d	3d	3d	0d	0d	0d
B. Dar Continuidade à Implementação do SISTAFE	13a	13a	0a	0a	9a	2a	2a
	1b	1b	0b	0b	0b	1b	0b
	2c	2c	2c	2c	0c	0c	0c
	3d	3d	3d	2d	0d	1d	0d
C. Apoiar Instituições do Estado na Implementação de Sistemas Complementares ao SISTAFE	3a	3a	0a	0a	3a	0a	0a
	0b	0b	0b	0b	0b	0b	0b
	0c	0c	0c	0c	0c	0c	0c
	0d	0d	0d	0d	0d	0d	0d
D. Garantir o Funcionamento e Desenvolvimento Institucional do CEDSIF	24a	24a	0a	0a	24a	0a	0a
	1b	1b	0b	0b	1b	0b	0b
	8c	8c	8c	6c	0c	1c	1c
	4d	4d	4d	3d	0d	0d	1d
Sub -Total	53a	53a	0a	0a	48a	2a	3a
	3b	3b	0b	0b	2b	1b	0b
	16c	16c	15c	13c	1c	1c	1c
	10d	10d	10d	8d	0d	1d	1d
Total	82	82	25	21	51	5	5
Actividades Concluídas %			25,6% ¹				
Actividades em Curso %					46,64% ¹		
Actividades não Realizadas							12,19% ²
Grau de Execução Geral %							72,24%

a) Actividade prevista a concluir em quatro trimestres; b) Actividade cuja realização absorve três meses; c) Actividade programada para realizar em dois trimestres; d) Actividade cuja execução cobre um trimestre.

Observação: São consideradas actividades não realizadas, aquele cujo início estava previsto que ocorresse até final de Setembro, independentemente do trimestre do seu início.

¹Percentagem calculada em função das 82 actividades previstas no PAO 2018, envolvendo os números de actividades concluídas e das que estão em curso como dividendos. Refira-se que no caso das actividades em curso, o grau de execução é o quociente da operação referida, dividida por 4 trimestres e posteriormente multiplicada por 3, considerando que se refere à execução ocorrida nos três trimestres.

²Percentagem de actividades não executadas. O grau percentual é o quociente resultante da divisão do número de actividades não realizadas pelo universo das previstas no PAO 2018.

A análise e avaliação percentual de dados quantitativos revela que, além das **21** concluídas, **51** actividades previstas no PAO 2018 estão em curso, o que permite antever bom desempenho no fim do exercício económico 2018; sendo que a maior parte das actividades ora concluídas e em curso são o garante do funcionamento da instituição e, seguidamente, outras de consolidação da reforma e implementação do SISTAFE.

5. PERSPECTIVAS PARA 4º TRIMESTRE DE 2018

As perspectivas de execução do PAO 2018 estão focalizadas na prossecução das actividades já iniciadas e arranque das previstas para o 4º trimestre que prioriza melhoria dos Módulos existentes no e-SISTAFE, o desenvolvimento dos Módulos previsto na Lei do SISTAFE e de acções que materializam os resultados definidos por objectivo estratégico, incluindo o apoio na implantação de Sistemas Complementares ao e-SISTAFE. As actividades programadas são as seguintes:

Consolidar a Reforma do SISTAFE

- Implementar o Plano de Acção de Revisão dos Perfis de Acesso ao e-SISTAFE (e-CAF/e-Folha, II Fase) e o e-SISTAFE por via da Internet com vista a facilitar o acesso ao e-SISTAFE aos seus usuários a esse Sistema e redução dos custos inerentes ao Sistema;
- Garantir o pleno funcionamento do e-SISTAFE, identificando e implementando melhorias correctivas e evolutivas nos módulos existentes;
- Dar continuidade à formação e reciclagem dos utilizadores do e-SISTAFE;
- Consolidar a infraestrutura de tecnologia de informação (TI) do Centro de Dados e a adaptação dos processos de operação e manutenção, por via da elaboração da Estratégia de Gestão de Periféricos (rede interna e manutenção de e-SISTAFE) 2017 a 2022, aquisição de equipamentos e actualização das ferramentas em uso;
- Operacionalizar demonstrativos contabilísticos e a conformidade contabilística;
- Desenvolver a funcionalidade “Navegar Plano Básico de Contabilidade Pública (PBCP)”, no âmbito de Transações/Operações Contabilísticas (OC)/Contas contabilísticas, a partir de objecto, conta contabilística e OC; e
- Promover acções de melhorias do Roteiro de Pagamento de Salários.

Dar Continuidade à Implementação do SISTAFE

- Operar o Sistema de Gestão de informação de Finanças Públicas (SGIFP), acedendo painéis de monitoria (quadros de bordo) com (i) indicadores da Visão das Finanças

Públicas; (ii) análises dos Indicadores Chave de Desenho do MINEDH; e (iii) Análises das Contas de Gerência;

- Concluir a remodelação dos processos: 1) Gestão da Programação do Controlo Interno; 2) Gestão das Listas de Verificação; e 3) Programação e Execução de Auditorias;
- Operacionalizar funcionalidades do Subsistema do Património do Estado, nomeadamente, de: Incorporação, Gestão e Desincorporação Patrimonial, Contratações Públicas, e Interface electrónica via Internet;
- Desenvolver a aplicação informática do Módulo de Planificação e Orçamentação (MPO) e rever a Legislação de Suporte do SISTAFE, no âmbito da reforma do Subsistema do Orçamento do Estado (SOE);
- Operacionalizar as funcionalidades de suporte do funcionamento do e-SNGRHE e as do Módulo III relativas ao processo de desligamento do Aparelho do Estado, e formar os utilizadores;
- Operacionalizar o sistema de pagamentos a Pensões processadas no sistema do Instituto Nacional de Previdência Social;
- Operacionalizar o projecto Alertas, introduzindo na rotina do e-SISTAFE a emissão de alertas sobre pagamentos efectuados no Módulo de Execução Orçamental (MEX) e sobre a proximidade do prazo de realização da Prova de Vida dos Funcionários e Agentes do Estado (FAE); e
- Dar continuidade aos trabalhos de fusão das redes e acções para Rede Virtual Privada (VPN).

Implementação de Sistemas Complementares ao SISTAFE

- Operacionalizar o projecto SINAGEC, tendo em conta as funcionalidades de Catalogação de Insumos e Serviços de Construção Civil, Carga de Preços de Mercado e Cálculo de Preços de Referência de Insumos e Serviços de Construção Civil para a Província e Cidade de Maputo; e

- Operacionalizar o projecto e-INAS, garantindo o acesso ao sistema em todas as Delegações do Instituto Nacional de Acção Social (INAS).

Funcionamento e Desenvolvimento do CEDSIF

- Melhorar a eficiência e eficácia do sistema informático de atendimento às solicitações dos utilizadores do e-SISTAFE, no âmbito processo de consolidação do sistema de gestão de incidentes;
- Desenvolver Sistema de Informação para Gestão – SIG, agregando a informação sobre os indicadores do CEDSIF e de Gestão das Finanças Públicas;
- Garantir o funcionamento do CEDSIF com tecnologias de informação e comunicação (TIC) actualizadas;
- Promover acções para redução de custos de aquisição e manutenção de equipamentos das redes do e-SISTAFE e da INTIC;
- Dar continuidade à implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), baseado na Norma ISO 9001, para a implementação e consolidação dos processos do CEDSIF, bem como monitoria dos *stakeholders* do CEDSIF;
- Realizar quatro (4) auditorias internas de controlo da aplicabilidade, adequabilidade e eficácia das normas de segurança, no âmbito do estabelecimento do Sistema de gestão de segurança de informação em conformidade com a norma ISO 9001; e
- Dar continuidade à implementação do Sistema de gestão documental.

6. ANEXOS

Anexo 1: Matriz de Controlo de Implementação do Plano de Actividades para 2018.

Anexo 2: Mapa de Execução do Plano de Aquisições de Bens e Prestação de Serviços para 2018.

Anexo 3: Mapa de UGB Descentralizadas no 1º Semestre de 2018.